



N° 2, fevereiro 2014

# PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

## **Desenvolvimento, democracia e reprimarização da economia na América Latina**

PONTO DE VISTA, Nº 2, fevereiro 2014  
ISSN 1983-733X.

Diego da Silva Grava<sup>1</sup>

### **1. Introdução**

O presente artigo visa construir um diálogo entre os processos de desenvolvimento, democratização, e reprimarização das economias latino-americanas. Mais especificamente, procura problematizar o processo de reprimarização do desenvolvimento, particularmente em relação às exportações latino-americanas, e suas possíveis consequências sobre as democracias da região. Assim, na primeira parte, aborda o tema do desenvolvimento e democratização com foco na teorização da relação entre ambos. Na parte seguinte, discute o processo de reprimarização do desenvolvimento, com atenção à literatura passada e recente sobre o tema e dados secundários oficiais. Finaliza-se retomando conjuntamente os temas do desenvolvimento, democratização e reprimarização no período recente. Para este estudo, foi consultada literatura especializada e dados secundários oficiais, bem como relatórios técnicos, notícias e artigos de jornais considerados relevantes. Com base na análise realizada, conclui-se que no longo prazo, a reprimarização

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [diego.grava@gmail.com](mailto:diego.grava@gmail.com).

representa mais uma ameaça ao desenvolvimento e à democratização da região do que uma oportunidade. Além dos efeitos socioeconômicos e ambientais negativos imediatos, torna-se insustentável basear o desenvolvimento na exportação de bens primários de baixo valor agregado e dependente de demandas externas. O esgotamento do setor pode, teoricamente, interromper as políticas redistributivas e representar um risco à estabilidade das democracias em toda região, tão duramente conquistadas e ainda não totalmente consolidadas.

## **2. Desenvolvimento e democracia**

Não é tema controverso entre especialistas, cientistas sociais e economistas, a existência de estreita relação entre economia e política, e mais especificamente, entre democracia e desenvolvimento econômico e social<sup>1</sup>.

Na América Latina, a obra seminal de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) já ressaltava que o desenvolvimento “[...] é em si mesmo um processo social; [e] mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes” (Cardoso; Faletto, 1970: 16).

De maneira um pouco distinta, a partir de uma perspectiva individualista metodológica, Hendrik Spruyt (1994) sustenta a ideia de que os indivíduos têm razões fundamentadas para optar por um modelo institucional em detrimento de outro. Consequentemente, a emergência de novas instituições seria resultado da habilidade dos atores ao buscar suas preferências. Os realinhamentos que tornam possível a emergência dessas instituições (como a democracia), seriam essencialmente resultado de permutações e combinações de barganhas baseadas em interesses materiais e sistemas de crenças partilhados pelos indivíduos (Spruyt, 1994: 26).

Partindo do pressuposto de que a democracia está inextricavelmente ligada ao desenvolvimento econômico, Carles Boix (2003) procura entender a influência da distribuição de renda sobre os regimes políticos, em particular a democracia. O autor assume a tese de que os diferentes regimes políticos ocorrem devido a um conjunto de pressupostos em relação às preferências e recursos dos atores sociais ou indivíduos em um dado país: distribuição doméstica de bens ou ativos econômicos, grau de igualdade econômica, natureza dos bens ou ativos econômicos e a distribuição de recursos políticos (Boix, 2003: 02-03). Em suma, quanto maior a igualdade na distribuição de renda, maior a chance de democratização de um país.

Mas como é possível afirmar se um país é ou não democrático? A partir de que critérios se pode afirmar que o regime político em um dado país é democrático? Em uma de suas últimas obras, Charles Tilly (2007) procura responder esta questão. Busca entre os observadores da democracia e da democratização uma tipologia, distinguindo quatro definições ou perspectivas principais: 1) constitucional (*constitutional*), 2) substantiva (*substantive*), 3) procedimental (*procedural*) e 4) orientada por processos (*process-oriented*) (Tilly, 2007: 07).

O primeiro enfoque se concentra nas leis que um regime promulga. O seguinte se foca nas condições de vida e nas políticas que um regime promove. O terceiro observa as práticas governamentais, sobretudo aquelas ligadas às eleições. E o último, que se difere significativamente dos outros enfoques, “[...] identifica um conjunto mínimo de processos que devem estar continuamente em ação para uma situação se qualificar como democrática”<sup>2</sup> (Tilly, 2007: 09, tradução nossa). A partir daí, recuperando a contribuição de Robert Dahl, Tilly desenvolve os critérios que definem uma democracia, que serão discutidos adiante.

A partir da contribuição desses autores, questiona-se como em uma região como a latino-americana, onde as desigualdades são ainda muito altas, podem sustentar-se regimes democráticos. Mais especificamente, discute-se as consequências, os limites, e até que ponto economias baseadas na exportação de *commodities* podem sustentar governos democráticos e políticas redistributivas e superar o “atraso” econômico e as gritantes desigualdades sociais e econômicas existentes por toda a região.

### **3. América Latina e democracia**

Tilly define a democratização como um movimento real em direção a consultas mais amplas, igualitárias, protegidas e vinculativas (*equal, protected, binding consultation*). Consequentemente, a desdemocratização implica o movimento contrário. Estes termos identificam quatro dimensões de variação entre os regimes políticos: alcance (*breadth*), igualdade (*equality*), proteção (*protection*) e consultas mutuamente vinculativas ou consultas periódicas (*mutually binding consultation*) (Tilly, 2007: 14-15). Outro aspecto importante de que trata o autor, refere-se à *capacidade do Estado* (em fazer cumprir as decisões políticas).

A partir dessas formulações, Tilly elabora um quadrante que identifica os tipos de regime como: de *alta capacidade e não democráticos* (por exemplo, Cazaquistão, Irã); *baixa capacidade e não democráticos* (Somália, Congo); *alta capacidade e democrático* (Noruega, Japão); e *baixa capacidade e democrático* (Jamaica, Bélgica) (Tilly, 2007: 18; em detalhes p. 19 e 20). Tilly

reconhece que estas posições não são estáticas, mas se referem a um momento histórico específico (como uma foto), valendo para uma variedade de regimes (Tilly, 2007: 22).

Para o autor, o processo fundamental que promove democratização, em qualquer tempo e lugar, é o aumento da integração de “redes de confiança” (*trusts networks* – família, pertencimento religioso) nas políticas públicas, aumentando assim o “insulamento” ou amortecimento de desigualdades categóricas (de gênero, raça, etnicidade, religião, classe) e diminuindo a autonomia de centros de poder maiores (igreja, exército, instituições religiosas) das políticas públicas (Tilly, 2007: 23)<sup>3</sup>.

Tilly discute também as questões da igualdade e desigualdade. Como desigualdade, o autor define “[...] uma relação entre pessoas ou conjunto de pessoas na qual a interação gera maiores vantagens para um do que para outro”<sup>4</sup> (2007: 111, tradução nossa). Em escala ampliada, se formam redes de desigualdade. Disso resulta a “desigualdade categórica durável” (*durable categorical inequality*) que se refere a “[...] diferenças organizadas em vantagens por gênero, raça, nacionalidade, etnicidade, religião, comunidade, e sistemas classificatórios similares” (ibidem: 111). Numa democracia, estas desigualdades são (ou deveriam ser) atenuadas, enquanto em regimes não democráticos são reforçadas.

Do modo semelhante, Boix assume a tese de que a “[...] democracia prevalece quando a igualdade econômica ou a mobilidade de capitais são altas em um determinado país”<sup>5</sup> (2003: 03, tradução nossa). Do contrário, dependendo das forças econômicas e políticas em jogo, pode-se caminhar a um regime autoritário de direita ou a uma ditadura de esquerda.

A cada regime político correspondem diferentes consequências redistributivas. Em regimes autoritários de direita, as transferências são iguais a zero, com os impostos sendo utilizados para financiar defesa, polícia e serviços administrativos. Em regimes revolucionários, a nacionalização dos bens privados leva à planificação centralizada e ao socialismo, desprovidos de transparência e frequentemente associados à corrupção generalizada e estagnação econômica. Nos regimes democráticos, “[...] o setor público cresce constantemente, empurrado por ambas as demandas redistributivas e [...] pelas pressões para reduzir a volatilidade dos ciclos econômicos e os riscos da economia”<sup>6</sup> (Boix, 2003: 04, tradução nossa).

Levando-se em conta os critérios descritos anteriormente, pode-se afirmar que no período atual predominam regimes democráticos de maior ou menor capacidade por toda América Latina, apesar da pobreza e das desigualdades - que têm sido mais ou menos combatidas. Políticos são

eleitos democraticamente, têm-se eleições livres e protegidas, e políticas redistributivas estão em marcha por toda a região.

A base econômica destas políticas está na exploração de recursos naturais, minérios, petróleo e produtos agropecuários, que sustentam as políticas redistributivas, e seriam, ao menos parcialmente, meio de sustentação de muitos governos democráticos latino-americanos.

Os casos mais evidentes onde os produtos primários têm papel preponderante nas economias nacionais são o Brasil, Venezuela, Argentina, México, Equador, Peru, Chile. A extração e exploração de recursos naturais, como minérios, petróleo e gás (Venezuela, Chile, Peru, Bolívia, Argentina, Brasil), produtos agrícolas como soja e milho (Argentina, Paraguai, Brasil), ou pecuários, como carne bovina, suína e de aves (Brasil, México, Chile, Uruguai), sustentam boa parte dos governos e do próprio desenvolvimento da região.

No entanto, este modelo de desenvolvimento apresenta sérias limitações, como vulnerabilidade às demandas externas e impactos socioeconômicos, ambientais e éticos negativos que serão discutidos adiante.

#### **4. Reprimarização da economia na América Latina**

O termo reprimarização<sup>7</sup> indica um processo de retorno à exportação de *commodities*, matérias-primas ou produtos primários de baixo valor agregado e baixo conteúdo tecnológico. A reprimarização pode ser analisada, basicamente, sob três formas distintas: 1) desindustrialização; 2) neo-extrativismo; e 3) agronegócio (Oreiro, Feijó, 2010). Esta última pode ainda se subdividir em *commodities* agrícolas e pecuária de corte.

O tema da reprimarização no contexto latino-americano tem ganhado destaque no âmbito acadêmico e extra-acadêmico (sobretudo em termos de economia política) no período recente<sup>8</sup>. Esse processo reproduz o papel da região na divisão internacional do trabalho como produtora de bens primários, de baixo valor agregado, de altos impactos ambientais negativos, além de implicações éticas para humanos e não-humanos (especialmente na pecuária, conforme aponta Grava, 2013).

A reprimarização tem início nos anos 1990, evidenciando o esgotamento do Processo de Substituição de Importações [PSI], que perdurou entre os anos 1930 até o final da década de 1980 (Guillén, 2007). Se por um lado viabilizou o crescimento econômico e muitas políticas sociais, por

outro, este modelo de desenvolvimento está vinculado ao mercado internacional e em grande parte dependente da demanda chinesa, estadunidense e europeia (CEPAL, 2010). Além disso, apresenta impactos socioeconômicos e ambientais questionáveis.

Comparando-se as tabelas 1 e 2, que mostram a participação dos diferentes setores no total das exportações da América Latina, dos blocos regionais e do Brasil, entre 2004 e 2011, fica evidente o peso que as commodities têm nas exportações latino-americanas e o acirramento do processo de reprimarização.

**Tabela 1**

**Exportações de produtos primários segundo sua participação no total (porcentagens do valor total das exportações FOB de bens)**

<b>País</b>	<b>2004 (%)</b>	<b>2011 (%)</b>
Brasil	47.0	66.2
<b>Total América Latina e Caribe</b>	<b>46.3</b>	<b>60.7</b>
ALADI (a)	46.2	60.9
Comunidade Andina (b)	76.1	87.3
MERCOSUL (c)	54.1	67.1
MERCOSUL, Bolívia e Chile (d)	60.5	71.8
MCCA (e)	48.8	59.4
Outros Países (f)	45.2	36.7

a) Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana de). b) Bolívia (Estado Plurinacional de), Colômbia, Equador, a Peru. c) Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. d) Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai mais Bolívia (Estado Plurinacional de) e Chile. e) Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. f) Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Trinidad e Tabago.

Fonte: Adaptado de CEPAL (2012: 101).

Observa-se um aumento das exportações de produtos primários de 46,3% em 2004 para 60,7% em 2011, crescimento de 14,4% em sete anos. A tabela 2 mostra que a exportação de produtos manufaturados teve diminuição, de 53,7% para 39,3%, inversamente, decréscimo de 14,4% no mesmo período.

**Tabela 2**

**Exportações de produtos manufaturados segundo sua participação no total (porcentagens do valor total das exportações FOB de bens)**

<b>País</b>	<b>2004 (%)</b>	<b>2011 (%)</b>
Brasil	53.0	33.8
<b>Total América Latina e Caribe</b>	<b>53.7</b>	<b>39.3</b>
ALADI (a)	53.8	39.1
Comunidade Andina (b)	23.9	12.7
MERCOSUL (c)	45.9	32.9
MERCOSUL, Bolívia e Chile (d)	39.5	28.2
MCCA (e)	51.2	41.6
Outros Países (f)	54.8	63.3

a) Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana de). b) Bolívia (Estado Plurinacional de), Colômbia, Equador, a Peru. c) Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. d) Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai mais Bolívia (Estado Plurinacional de) e Chile. e) Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. f) Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Trinidad e Tabago.

Fonte: Adaptado de CEPAL (2012: 102).

Os dados corroboram, ao menos parcialmente, a existência do processo de reprimarização do desenvolvimento na América Latina, ao menos em relação ao total das exportações da maioria dos países da região.

A tabela 3, com dados de 1990-1999, mostra que houve crescimento na participação da América Latina no mercado mundial, mas seguiu ainda bastante tímida (5,4% do total em 1999, contra 17,1% dos EUA, 25,5% da Ásia e 43% da Europa Ocidental).



**Tabela 3****Exportações mundiais de mercadorias por regiões, 1999 (bilhões de dólares e porcentagens)**

	Valor	Porcentagem	
	1999	1990 (%)	1999 (%)
<b>Total mundial</b>	<b>5.473</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>América do Norte</b>	<b>934</b>	<b>15,4</b>	<b>17,1</b>
Estados Unidos	695	11,6	12,7
<b>América Latina</b>	<b>297</b>	<b>4,3</b>	<b>5,4</b>
México	137	1,2	2,5
<b>Europa Ocidental</b>	<b>2.353</b>	<b>48,3</b>	<b>43,0</b>
União Europeia (15)	2.180	44,5	39,8
<b>Europa C./O., Estados Bálticos, CEI</b>	<b>214</b>	<b>3,1</b>	<b>3,9</b>
Europa Central e Oriental	102	1,4	1,9
Estados Bálticos e CEI	112	-	2,0
<b>África</b>	<b>112</b>	<b>3,1</b>	<b>2,0</b>
África do Sul	27	0,7	0,5
<b>Oriente Médio</b>	<b>170</b>	<b>4,0</b>	<b>3,1</b>
<b>Ásia</b>	<b>1.394</b>	<b>21,8</b>	<b>25,5</b>
Japão	419	8,5	7,7
China	195	1,8	3,6
Seis países comerciantes da Ásia Oriental	546	7,9	10,0
Pró-memória:			
TLCAN (3)	1070	16,6	19,6
MERCOSUL (4)	74	1,4	1,4
ASEAN (10)	359	4,3	6,6

Fonte: Adaptado de Organização Mundial do Comércio, 2000.

De acordo com dados da Organização Mundial do Comércio [OMC, *World Trade Organization*] (2012), com outro recorte e dados mais atualizados, a posição da região continuou

fraca no mercado mundial com a reprimarização. Em 2011, a Europa figurava em primeiro lugar nas exportações mundiais de mercadorias, seguida pela Ásia, e respectivamente América do Norte, Oriente Médio, Rússia e outros países (“riqueza comum de Estados independentes”, *Commonwealth of independent states*), América do Sul e Caribe e África.

No plano socioeconômico, além da baixa participação no mercado mundial, o setor primário tem baixa participação na quantidade de empregos (média de 6%, incluindo outras atividades agrícolas, do total de empregos na região, CEPAL, 2007: 25), baixa qualidade dos empregos (Cavechini e Barros, 2011, mostram as péssimas condições de trabalho nos frigoríficos brasileiros; Riella e Ramirez, 2012, relevam a baixa qualidade dos empregos na pecuária do Uruguai), trabalho escravo (Grava, 2013, mostra alguns dados que revelam que a pecuária é o setor com maior incidência de trabalho escravo no Brasil) e trabalho infantil (especialmente no Brasil, na Bolívia e no Paraguai segundo dados da FAO, 2013). É um setor que concentra renda e terra.

Os efeitos ambientais negativos do setor primário são bastante conhecidos. Na mineração, especialmente como praticada na região, a céu aberto, ocorre a poluição da água, do ar e dos solos. Na extração de petróleo, existe o risco de vazamento e contaminação ambiental, sendo vários os casos já registrados. Na pecuária, os impactos ambientais incluem emissão de gases de efeito estufa (aproximadamente um quinto das emissões globais), uso intensivo e poluição de recursos hídricos, uso intensivo e degradação de solos, desmatamento e perda de biodiversidade (ver Farias, 2002; Gudynas, 2012; Grava, 2013).

## **5. Considerações finais**

O modelo de desenvolvimento baseado na exportação de commodities é mantido por atores públicos e privados, que são seus os maiores beneficiários. Esse modelo de desenvolvimento apresenta sérias limitações, dependendo da demanda externa e não oferecendo condições socioeconômicas realmente positivas para os países e populações latino-americanas, além de causar sérios danos ambientais e consequências negativas para seres humanos e não-humanos (outros animais, ecossistemas, paisagens). Dessa maneira, sustenta-se a tese de que, se não encontrar formas alternativas de desenvolvimento, através do fortalecimento da indústria, do investimento em pesquisa e desenvolvimento, da diversificação econômica e adoção de práticas sustentáveis em amplo sentido, os regimes democráticos dos países latino-americanos, seguindo os modelos teóricos aqui discutidos, estarão fadados à ruptura, podendo levar tanto a regimes autoritários de direita ou de esquerda e à possibilidade de graves conflitos sociais.

## NOTAS

1. Não caberá discutir aqui esses aspectos nas obras de autores “clássicos” da Sociologia, como Marx, Durkheim ou Weber, embora tenham relevância e possam ainda oferecer grandes contribuições. Refere-se ao desenvolvimento econômico e social de modo genérico, indicando questões referentes ao crescimento econômico, redistribuição, universalização de direitos, e temas relacionados.
2. “They identify some minimum set of process that must be continuously in motion for a situation to qualify as democratic” (Tilly, 2007: 09).
3. “The fundamental processes promoting democratization in all times and places, the argument runs, consist of increasing integration of trust networks into public politics, increasing insulation of public politics from categorical inequality, and decreasing autonomy of major power centers from public politics” (Tilly, 2007: 23).
4. “Inequality is a relation between persons or sets of persons in which interaction generates greater advantages for one than for another” (Tilly, 2007: 111).
5. “[...] democracy prevails when either economic equality or capital mobility are high in a given country” (Boix, 2003: 03).
6. “In democracies, the public sector grows steadily, pushed by both redistributive demands and [...] pressures to reduce the volatility of business cycles and economics risks” (Boix, 2003: 04).
7. A expressão reprimarização é tomada no sentido de que grande parte das economias latino-americanas havia passado por um processo de industrialização, especialmente com as políticas de substituição de importações, mas que com a entrada do neoliberalismo voltaram a focar suas pautas de exportação às *commodities*, minerais e agropecuárias. Expressões como primarização ou desindustrialização não devem ser vistas como sinônimos, pois guardam diferenças significativas que não são discutidas no artigo.
8. Ver por exemplo Nadal (2009), Nassif (2008), Oreiro e Feijó (2010), Sonaglio, et al (2010), Cano (2012), entre outros.

## Referências Bibliográficas

BOIX, Carles. *Democracy and Redistribution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CANO, Wilson. “Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento”. Bauru: *Revista Faac*, v. 1, n. 2, out.2011/mar. 2012, p. 155-164.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

CAVECHINI, Caio; BARROS, Carlos Juliano (Dir.). *Carne, Osso*. *Repórter Brasil*, 2011 (65 min.).

CEPAL. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago del Chile: Nações Unidas, 2012. Disponível em:

<[http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/48864/AnuarioEstadistico2012\\_ing.pdf](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/48864/AnuarioEstadistico2012_ing.pdf)>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. *Características del empleo rural no agrícola en América Latina con énfasis en los servicios*. Santiago del Chile: Nações Unidas, 2007. Disponível em: <<http://www.eclac.org/ddpe/publicaciones/xml/1/28821/LCL2659e.pdf>>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. *Children’s work in the livestock sector: Herding and beyond*. Roma: Nações Unidas, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/017/i3098e/i3098e.pdf>>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. *Latin America and the Caribbean in the World Economy: A crisis generated in the centre and a recovery driven by the emerging economies*. Santiago do Chile: United Nations Publication, 2010.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. *Mineração e meio ambiente no Brasil*. Relatório preparado para o CGEE. PNUD: outubro de 2002. Disponível em: <[http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011\\_02.pdf](http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf)>. Acesso em: 12 de julho de 2013.

GRAVA, Diego da Silva. *A construção social da pecuária como “vocação regional” em Santa Catarina: notas críticas sobre suas implica es socioeconômicas, ambientais e  ticas*. Blumenau: Disserta o de mestrado – Programa de Pós-Gradua o em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, 2013

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (orgs.) *Enfrentando os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 303-318.

GUILLÉN, Arturo. *Modelos de Desarrollo y Estrategias Alternativas em América Latina*. Centro Celso Furtado, 2007 Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311505340.A\\_GUILLEN3.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311505340.A_GUILLEN3.pdf)>. Acesso em: 01 de julho de 2013.

LASSANCE, Antonio. Democracia: a última palavra. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 1, janeiro / junho 2009. Brasília: UnB. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/6604/5329>>. Acesso em: 03 de maio de 2013.

NADAL, Alejandro. *A Reprimarização da América Latina*. Fundação Lauro Campo: Socialismo e Liberdade, 02 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/1292-a-reprimarizacao-da-america-latina>>. Acesso em: 03 de outubro 2012.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Rev. Econ. Polit.* [online]. vol.28, n.1, pp. 72-96, 2008.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Rev. Econ. Polit.* [online]. vol.30, n.2, pp. 219-232, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). *Children's Work in the Livestock Sector: Herding and Beyond*, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/017/i3098e/i3098e.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2013.

OMC. Trade growth to slow in 2012 after strong deceleration in 2011. WTO Press, 12 de abril de 2012. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/news\\_e/pres12\\_e/pr658\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/pres12_e/pr658_e.htm)>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. *International Trade Statistics 2000: Trade by Region*, 2000 Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/tradebyregion\\_e.htm](https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/tradebyregion_e.htm)>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

RIELLA, Alberto; RAMÍREZ, Jessica. (2012), La calidad del empleo en la ganadería uruguaya. Un estudio de caso. Montevideú: *Agrociencia*, vol. 16, número 1, junho de 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1510-08392012000100022&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1510-08392012000100022&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 08 de julho de 2013.

SONAGLIO, Cláudia Maria *et al* (2010), Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Econ. Apl.* [online]. vol.14, n.4, pp. 347-372, 2010.

SPRUYT, Hendrik. *The Sovereign State and its Competitors*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.